

O enfoque político da questão da dívida

No último fim de semana pode ter ocorrido um dos fatos mais relevantes para o encaminhamento da questão da dívida internacional, e particularmente para a dívida dos países latino-americanos. O jornal *O Estado de S. Paulo* de domingo e o *Jornal da Tarde* de ontem trouxeram o texto completo da nota oficial que os presidentes da Argentina, México, Colômbia e Brasil divulgaram sobre a questão. Um texto curto, mas completo; sereno, porém firme; político, sem dúvida, porém lúcido e não demagógico.

Ali as coisas estão ditas com palavras de estadistas, com a dimensão com que este problema necessitava ser colocado desde o início, como tantas vezes dissemos e os leitores são testemunhas.

Os presidentes Raúl Alfonsín, Miguel de La Madrid, Belisário Betancur e João Figueiredo começam por manifestar a preocupação com o fato de que três coisas absolutamente essenciais para a preservação do estilo de vida ocidental nesta parte do mundo estejam ameaçadas, a saber: o desenvolvimento dos povos da região; o progresso das tendências democráticas; e a segurança econômica. Desta feita ameaçadas seriamente, não pela costumeira e conhecida subversão interna, nem pelos conhecidos patrocinadores externos dessa subversão, mas, ironicamente até, e de maneira contraditória, "por fatores externos e fora do controle dos nossos governos", que deveriam em tese funcionar a favor daqueles valores ameaçados.

Os grandes devedores da região, principalmente o México, a Argentina e o Brasil, encontram-se em situação ameaçadora, é verdade, por culpa, em boa parte, de governos relapsos, disiplinantes e despoliciados que conduziram seus povos a esta situação de enorme potencial explosivo. Isso é um fato inegável. Mas o outro fato igualmente inegável é que a questão da dívida externa desses países, por suas implicações econômicas e principalmente sociais internas, ameaça seriamente a sobrevivência do sistema de livre empresa no Continente. E este não é um problema apenas para os países da região, mas para toda a comunidade internacional onde ainda prosperam a democracia e a economia de mercado.

Então, trata-se, hoje em dia, aqui e agora, muito menos de estabelecer culpas e formular recriminações e muito mais de encontrar soluções — concretas, rápidas e equânimes. Sempre dissemos que enquanto cada parte envolvida — e são quatro: governos credores, bancos credores, governos devedores, instituições plurinacionais — estivesse tentando encontrar uma solução para o seu problema, tentando, como diz o povo, livrar apenas a sua própria barra, não haveria saída realmente para a questão e ela continuaria a se agravar.

Agora, dizem os presidentes na nota, é preciso superar os desequilíbrios e restabelecer as condições para a retomada do crescimento econômico. Depois de salientarem que "fomos os primeiros a demonstrar empenho em cumprir os compromissos financeiros em termos compatíveis com os interesses da comunidade internacional" — o que, aliás, não é bem a expressão da verdade em todos os quatro países —, os presidentes definem claramente a sua posição: "Não aceitamos ser acuados a uma situação de insolvência forçada e de paralisação econômica prolongada".

A insolvência forçada pode resultar, em prazo não muito remoto, da alta dos juros internacionais e do seu reflexo nas despesas com o serviço da dívida, fato sobre o qual nenhum governo dos países devedores tem controle ou poder algum. É verdade que o poder e o controle dos governos credores sobre esse fator de agravamento da crise também são bastante exiguos, pois as forças do mercado é que respondem por ele. Mas é possível, sem dúvida, criar mecanismos que permitam um certo controle sobre esse fato ou de proteção contra ele, o que depende, isto sim, da boa vontade política dos governos credores.

A paralisação econômica prolongada já é a resultante inevitável do atual sistema de negociações anuais para refinanciamento parcial dos juros e reforma das amortizações, pois nesse sistema o enorme superávit comercial que os países devedores são obrigados a gerar limita fortemente suas possibilidades de crescimento.

A quem beneficia tal situação? É claro que às forças que se opõem ao progresso da democracia e da livre empresa no Continente, sempre procurando na insatisfação social e nas frustrações empresariais locais os elementos necessários ao seu proselitismo.

Por isso pedem os presidentes que se inicie, sem demora, "um esforço concertado na comunidade internacional com o objetivo de definir ações e medidas de cooperação que permitam resolver esses problemas". Na prática, e imediatamente, eles solicitam algo que os próprios bancos credores já se mostram inclinados a conceder no caso da América Latina: prazos de amortização e períodos de carença maiores, taxas de juros e outras menores. E vão além, ao anunciar que convocaram uma reunião dos chanceleres e ministros financeiros dos respectivos países e de outros países latino-americanos "para definir as iniciativas e os meios de ação mais apropriados, com vistas a alcançar soluções satisfatórias para todos os interessados".

O recado é suave, mas claro: os países signatários não querem fazer nada unilateralmente, e querem buscar o interesse comum. Mas o tempo urge, e, se os governos dos países credores não compreenderem como isso é importante, eles poderão tomar iniciativas próprias, que preservem os interesses de todos na medida do possível, mas até sem consulta aos credores.

É claro que esse recado tem em vista a realização em breve da reunião de cúpula dos chamados "sete grandes", na qual já se disse que o problema da dívida internacional será tratado. É oportuno e importante que os líderes desses países saibam, ao irem para a sua conferência, que precisam sair dela com alguma resposta substancial a este desafio financeiro do nosso tempo. Caso contrário, uma resposta conjunta, e provavelmente diferente, começará a ser buscada de maneira unilateral pelos principais devedores, que, por enquanto, não formam nenhum cartel de caloteiros, mas uma comunidade pronta à conversação sensata.

O ministro Galvães não acertou na semana passada, ao dizer que o tempo corre a nosso favor. Ele não corre nem a nosso favor, nem a favor dos países credores — ele corre contra a democracia e a livre empresa, e a inação é sua aliada.